



Revisão e Atualização das Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial

Fase 2

Relatoria da Reunião de Consulta com a Sociedade Civil

Data: 16 de dezembro de 2014

Local: Brasília, Brasil

Audiência: Sociedade Civil

Principais Comentários Recebidos:

Comentários Específicos dos Participantes

1. Comentários Gerais

- Diversas organizações da sociedade civil apresentaram **forte oposição ao processo de revisão e atualização das políticas de salvaguardas do Banco Mundial**. As principais críticas foram explicitadas na Declaração da Sociedade Civil sobre as Salvaguardas do Banco Mundial e um dos participante realizou a leitura da carta para apresentar ao grupo as principais críticas.
- Internacionalmente e nacionalmente, a sociedade civil **questiona se esse processo seria amplo, transparente e participativo**. O Banco deveria levar em consideração que esse foi um **ano atípico para o Brasil**, com a Copa do Mundo, as eleições, e agora já entrando no recesso de fim de ano. É impossível que as organizações enviem comentários ao documento até março e é evidente que se necessita um **prazo maior e mais transparência no processo**. Por exemplo, as organizações não tem **um relatório do que foi discutido com o setor privado, nem tem conhecimento sobre a posição dos outros governos**. Pela experiência das ONGs, as contribuições serão apenas citadas e não consideradas. Antes de discutir as normas, seria importante **discutir a questão procedimental do processo de consultas**.
- Desde a década de 80, o Banco Mundial tem sido criticado pelas ONGs pelo seu **envolvimento em formulação de políticas insustentáveis e apoio a projetos polêmicos com grandes impactos ambientais**. O Banco perdeu a oportunidade de realizar uma **discussão conceitual sobre o que é desenvolvimento e pobreza**. Por exemplo, o Arcabouço não se aprofunda na **desigualdade de gênero** e os impactos dos projetos na vida das mulheres. A impressão é de que com essa proposta o Banco está começando do zero e não se incorporou nada em termos estruturais sobre as críticas que as ONGs vem fazendo sobre as salvaguardas.
- As ONGs se questionam se o **processo de revisão seria motivado pelo surgimento e crescimento de novos atores de financiamento** como o BNDES e o Banco dos BRICs, que teriam regulações sócio-ambientais mais flexíveis, e se o Banco estaria preocupado em perder mercado. A impressão é de que o Banco estaria rebaixando suas exigências sócio-ambientais para se manter competitivo.
- Desde a primeira fase do processo de consulta, a sociedade civil se manifestou, enviou comentários ao Banco e realizou um esforço

articulado de apresentar suas preocupações. No entanto, essas críticas não estão refletidas no documento proposto e isso leva ao questionamento se esse processo tem o intuito verdadeiramente de ouvir as organizações da sociedade civil e fortalecer as salvaguardas ou de abrir mais mercado para o Banco Mundial.

- As novas políticas deveriam ser **aplicáveis não só a projetos de financiamento de investimentos específicos (IPFs), mas também a projetos de Desenvolvimento de Políticas (DPL)**. No Brasil e em vários outros países, mais de 50% da carteira do Banco Mundial corresponde a DPLs. O DPL é um instrumento que tem o objetivo de influenciar políticas e, por isso, faria sentido aplicar as salvaguardas a essa modalidade de **financiamento. No Brasil, o SEM DPL foi o maior empréstimo já realizado pelo Banco Mundial.**
- As ONGs presentes consideraram que **essa reunião não deveria ser considerada como uma consulta à sociedade civil brasileira e pediram mais tempo** para que possam analisar o Arcabouço e compartilhá-los com suas redes.
- As ONGs consideraram que deveria haver a **inclusão dos vários movimentos sociais na reunião.**
- Outra sugestão apresentada é que **o Banco Mundial deveria disponibilizar o insumo das reuniões realizadas com outros atores como o setor privado e o governo, não só daquelas realizadas no Brasil, mas também em outros países.**
- O Banco Mundial deveria **utilizar mais amplamente a tecnologia** para permitir a participação daquelas organizações que não puderam estar fisicamente presente na reunião.
- Os participantes pediram **apoio da representação do Banco Mundial no Brasil para transmitir as posições da sociedade civil brasileira à Direção do Banco Mundial.**
- Alguns participantes sugeriram que a consulta deveria ser uma **reunião casada com as consultas sobre as salvaguardas e uma discussão sobre os DPLs no Brasil.** Além disso, as ONGs também expressaram interesse em **discutir sobre o portfólio do Banco Mundial no Brasil.**

2. Norma Ambiental e Social (NAS1): Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

- Não existe uma especificidade no Arcabouço proposto sobre a **questão de violência** que é sumamente importante para países como o Brasil, principalmente questões de extermínio, genocídio e autos de resistência de populações vulneráveis que **deveriam ter um tratamento específico.**
- O Banco Mundial tem historicamente **se recusado a adotar parâmetros de direitos humanos**, alegando que o seu estatuto o impede de fazê-lo. No entanto, o estatuto do Banco Mundial deve ser interpretado de acordo com o contexto de hoje e não com o contexto da década de 40. O Banco Mundial **não pode ficar à margem do regime internacional de direitos humanos** e deve conciliar sua missão de desenvolvimento com o regime internacional de direitos humanos. A maneira como o Banco Mundial tem **abordado a questão de direitos humano é extremamente fragmentada.** O Banco Mundial através do Nordic Trust Fund possui algumas atividades esparsas nessa área. O Arcabouço proposto **não traz questões fundamentais de adoção dos direitos humanos.** O documento usa **uma linguagem vaga** em termos de direitos humanos ao falar que o Banco Mundial buscará respeitar os direitos humanos. Porém, **falta um elemento que dê a operacionalidade** a essa retórica de direitos humanos.
- **Falta clareza sobre a responsabilidade do Banco Mundial e dos Mutuários na área de direitos humanos.** O documento não é claro sobre quem recai a responsabilidade de prestação de contas e parece que o Banco Mundial não poderia ser responsabilizado caso viole os direitos humanos. Não se pode criar um vácuo de responsabilização no caso de falhas de conduta.
- O Arcabouço apresenta uma **seletividade sobre quais direitos humanos serão protegidos.** Como agência especializada da ONU, o Banco

Mundial não pode escapar desse regime internacional de direitos humanos que afirma que todos os direitos são indivisíveis e indissociáveis.

- A aplicabilidade e o escopo da salvaguarda deixa de fora importantes projetos que podem ter impactos adversos aos direitos humanos.
- O Banco Mundial estabelece padrões normativos nas áreas de direitos humanos e é um modelo para outras instituições financeiras. Por esse motivo é tão importante assegurar que a concorrência de novos atores de financiamento internacional não signifique uma corrida para baixo dos padrões de direitos humanos.
- É essencial que o Banco Mundial **garanta a não-discriminação em todos os seus projetos e incorpore a diligência devida (*due diligence*) de direitos humanos.**

3. Norma Ambiental e Social 2 (NAS2): Condições de Trabalho e Emprego

N/A

4. Norma Ambiental e Social 3 (NAS3): Eficiência no Uso de Recursos e Prevenção à Poluição

N/A

5. Norma Ambiental e Social 4 (NAS4): Saúde e Segurança Comunitárias

N/A

6. Norma Ambiental e Social 5 (NAS5): Aquisição de Terra, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário

N/A

7. Norma Ambiental e Social 6 (NAS6): Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos

N/A

8. Norma Ambiental e Social 7 (NAS7): Povos Indígenas

- **O consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas deve ser assegurado e não deveria ser possível nenhuma cláusula de escape**, como por exemplo, a abordagem alternativa, já que a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi endossada por mais de 140 países.
- Os povos indígenas no Brasil tem mais de 500 áreas regularizadas e mais 200 em processo de regularização. É preciso que o Governo autorize essas demarcações. Os povos indígenas questionam os interesses do próprio governo. Os povos indígenas têm experiência, por exemplo, com projetos do BNDES que necessitam a aprovação do Governo para a realização de projetos de interesse das comunidades indígenas. Os povos indígenas se perguntam porque não foram procurados antes para analisar essa situação. Não apenas a situação dos indígenas, mas dos assentamento que também estão na mesma situação.

9. Norma Ambiental e Social 8 (NAS8): Patrimônio Cultural
N/A
10. Norma Ambiental e Social 9 (NAS9): Intermediários Financeiros
N/A
11. Norma Ambiental e Social 10 (NAS10): Divulgação de Informação e Engajamento de Partes Interessadas
N/A
12. Próximos Passos
<ul style="list-style-type: none"> • O Banco Mundial disponibilizará o material referente as consultas realizadas com o Governo brasileiro e setor privado, assim que esses materiais forem validados pelos participantes. • Envio pelo Banco Mundial da lista de organizações que foram convidadas pelo Banco Mundial a participar da reunião. • Ambas as partes acordaram em uma data tentativa para a realização da próxima reunião, que seria a última semana de fevereiro. • As organizações presentes se comprometeram a consultar com suas redes sobre a possibilidade de realizar essa segunda consulta em fevereiro, apesar de terem expressado que achavam pouco tempo devido as férias de verão e o feriado do Carnaval. • As organizações se comprometeram a confirmar sua disponibilidade para a próxima reunião até o dia 15 de janeiro de 2015. • Envio pelos participantes ao Banco dos pontos que foram discutidos entre as organizações com sugestões sobre como melhorar o processo de consulta a fim de assegurar um processo mais amplo, representativo e participativo.